



Para mais informações contactar:

Gabinete de Comunicação

T: +351 217945103/05/06 | E: [gc@tcontas.pt](mailto:gc@tcontas.pt)

## 636 ANOS AO SERVIÇO DA BOA GESTÃO PÚBLICA

O Tribunal de Contas assinalou no dia 5 de julho 636 anos de história ao serviço do Estado, da legalidade financeira e da boa gestão dos recursos públicos. Numa altura em que o país discute o papel e o alcance do controlo público, o Tribunal reafirma a sua missão constitucional: garantir que o dinheiro dos contribuintes é bem aplicado, com transparência, rigor e responsabilidade.

“A longevidade do Tribunal de Contas é reflexo da sua capacidade de se adaptar aos tempos, sem nunca abdicar do seu papel essencial: promover uma cultura de integridade na gestão pública”, afirmou a Presidente do Tribunal, Filipa Urbano Calvão.

Neste aniversário, o Tribunal encara mais um desafio significativo no quadro da sua missão constitucional: a intenção do Governo de “acelerar o sistema de controlo financeiro da Administração Pública, substituindo o paradigma de controlo prévio pelo controlo concomitante e sucessivo” e reforçando a responsabilização dos decisores públicos.

Como sublinhou Filipa Urbano Calvão, “o controlo prévio é uma importante garantia da legalidade e da proteção do interesse público. A preocupação com a agilização da contratação pública não deve esquecer que um puro modelo de controlo sucessivo focado na responsabilização pode gerar nos gestores públicos o medo de agir e a consequente paralisação da Administração Pública”.

“A eficiência da gestão pública que se quer promover não pode deixar de ser acompanhada pelo reforço da sua fiscalização, função que foi atribuída ao Tribunal de Contas e que por si tem vindo a ser desenvolvida, em linha com o que sucede no resto da Europa e nos demais países de tradição democrática”, lembrou ainda a Presidente do Tribunal.

Ao longo de mais de seis séculos, o Tribunal de Contas tem evoluído e acompanhado a evolução da Administração Pública, utilizando ferramentas modernas de auditoria, promovendo as melhores práticas e o rigor na gestão das receitas públicas. Ao perfazer mais um ano de existência, esta instituição continuará a nortear a sua ação pela defesa do erário público e pelo respeito pelos princípios da legalidade, eficiência e transparência.